



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2020 Processo Administrativo nº 23205.004075/2020-11

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de Termocicladores RT-PCR para atividades Institucionais da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e para auxiliar os laboratórios de referência no diagnóstico laboratorial de infecção por SARS-CoV-2, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. TOTAL	LOCAL DE ENTREGA*			UND	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
			CCH	CPF	CRE			
1	Termociclador (PCR) em Tempo Real Aparelho utilizado na detecção de sequências específicas de DNA e RNA, assim como expressão gênica e carga viral, com maior sensibilidade e especificidade quando comparado à PCR convencional. Equipamento deve acompanhar filtros e software para detecção e análise de fluoróforos utilizados nos sistemas Sybr Green e TaqMan, incluindo no mínimo os seguintes fluoróforos: FAM/SYBR Green, VIC/HEX, ROX/Texas Red, Cy 3 ou Cy 5. Bloco com capacidade para 96 amostras (96-well - 0,1 mL ou 0,2 mL, para reações em volume de 10 a 30 µL). Excitabilidade e detecção variando no mínimo entre 470–610 nm ou faixa maior para placa de 96-well. Equipamento deve apresentar taxa média de “ramp” (aumento e decréscimo de temperatura) de no mínimo 3,0 °C/seg ou maior, apresentar possibilidade de variação de temperatura do bloco suficientes e capazes de realizar corridas no modo “fast”, ou seja, em tempo inferior ou igual a 43 minutos. Deve acompanhar computador configurado e software específico para detecção, análise e quantificação das reações. Deve acompanhar conjunto de reagentes para calibração, (se necessário calibração), para todos os filtros e fluoróforos bem como acompanhar obrigatoriamente kit básico (“starter package”) de consumíveis para teste e iniciação do equipamento. Apresentar garantia mínima de 12 meses e assistência técnica	3	1	1	1	UND	R\$ 126.182,05	R\$ 378.546,15



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

permanente no Brasil, autorizada pelo fabricante. Incluir instalação e treinamento no local de instalação, referentes ao uso do aparelho e software. Equipamento bivolt, 110-240V, ou 110V para os campi do estado do Paraná ou 220V para os campi dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com tomada de alimentação 3 pinos padrão NBR14136. Incluso manual de instruções de operação e certificado de garantia em território nacional.								
VALOR TOTAL								R\$ 378.546,15

*Local de Entrega:

CCH - Campus Chapecó: Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899, Laboratório 1, Chapecó-SC.

CPF - Campus Passo Fundo: Rua Capitão Araújo, 20, Bloco A, Sala 106, CEP 99010-200, Centro, Passo Fundo/RS –A/C Setor CLAB.

CRE - Campus Realeza: Rua Edmundo Gaievski, 1000 (Acesso pela Rodovia PR 182, Km 466), Caixa Postal 253, CEP: 85.770-000. Realeza – PR..

1.1.2. Informamos que podem existir divergências entre as descrições dos itens divulgados no site www.comprasnet.gov.br, que constarão nas Notas de Empenho a serem emitidas após a homologação da Licitação e o que consta neste Anexo. A razão disso são as mudanças feitas nos códigos para lançamento no sistema SIASG e a ausência de especificações que atendam integralmente as descrições apresentadas pelos requisitantes do objeto. Por esse motivo, ressaltamos que, em caso de dúvida no momento de lançamento das propostas no Comprasnet ou quando da entrega dos produtos nos campi, o licitante deve sempre considerar a descrição presente neste Termo de Referência e/ou contatar o Pregoeiro.

1.1.3. Especificações do objeto

1.1.3.1. As descrições constantes no quadro acima foram elaboradas pelo requisitante do objeto e têm intuito apenas de fornecer subsídios básicos claros e coerentes para que Administração consiga realizar uma compra com padrões de qualidade, de maneira a suprir suas demandas.

1.1.3.2. A Contratada deverá ter ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente no fornecimento dos materiais desta Licitação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

1.2. Da Garantia

1.2.1. Quanto aos prazos de garantia, desde que observadas e respeitadas as disposições legais aplicáveis, prevalecem os períodos estabelecidos nas especificações técnicas dos itens deste Termo de Referência, salvo quando for verificado prazo maior na descrição técnica contida na proposta comercial do fornecedor.

1.2.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

1.2.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

1.2.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

1.2.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

1.2.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias para os itens 1 e 3, e até 10 (dez) dias para o item 2, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

1.2.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

1.2.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

1.2.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

1.2.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

1.2.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

mesmo depois de expirada a vigência contratual, e mesmo nos casos em que o contrato for substituído por instrumento equivalente.

1.2.12. Durante o período de garantia, quaisquer peças, componentes ou outros materiais que apresentarem vício ou defeitos de fabricação ou danos não decorrentes de uso em condições normais, incluso os sofridos durante o transporte até as dependências da Universidade, deverão ser substituídos por originais e novos, sem qualquer ônus adicional à UFFS.

1.2.13. As despesas tais como, frete, impostos, tarifas e seguros dos implementos e equipamentos substituídos serão de inteira responsabilidade da Contratada.

1.2.14. Para os itens que não apresentam indicação do prazo de garantia na sua descrição, a Contratada deverá observar a garantia mínima estabelecida no Código de Defesa do Consumidor.

1.3. Da Assistência Técnica

1.3.1. Quando na descrição do item constar o termo “assistência técnica”, está se solicitando que o equipamento ofertado pela Licitante tenha assistência técnica autorizada pelo fabricante do produto em território nacional, visando dar a UFFS referências sobre a rede de assistência técnica disponível no Brasil capaz de atender uma futura necessidade de manutenção do equipamento, dentro da garantia ou não.

1.3.2. Como pré-requisito para aceitação da marca/modelo de equipamento ofertado na proposta da Licitante, conforme disposto no item 08 do Edital, será exigido que a Licitante apresente juntamente à proposta e catálogo dos itens, informações sobre a(s) empresa(s) autorizada(s) pelo fabricante do equipamento ofertado a prestar assistência técnica no Brasil e fornecer as peças necessárias para eventual manutenção ou reparo do equipamento.

1.3.2.1. As informações sobre a assistência técnica deverão ser comprovadas por uma das opções indicadas abaixo:

a) Manual do Produto e/ou Termo de Garantia, elaborados pelo fabricante, com a relação do(s) prestador(es) autorizado(s) a realizar assistência técnica no Brasil; OU

b) Informação específica extraída do site oficial do fabricante com dados da rede de assistência técnica autorizada no Brasil.

1.4. Da Pesquisa de Preços e dos Valores

1.4.1. De acordo com o Relatório da Pesquisa de Preços do requisitante, o valor utilizado como estimativa de preço para o item deste Termo de Referência foi definido com base no **parâmetro I** do Art. 2º da Instrução



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, da Secretaria Gestão, Secretaria Especial de Desburocratização, Ministério da Economia, o qual aplicou-se, a “**média**” das cotações obtidas.

1.4.2. O valor total estimado para a aquisição do item que compõem este Termo de Referência é de **R\$ 378.546,15 (trezentos e setenta e oito mil, quinhentos e quarenta e seis reais e quinze centavos).**

1.5. Dos Critérios de Sustentabilidade

1.5.1. Para o item constantes na tabela no **item 1** deste Termo de Referência, cuja atividade de fabricação ou industrialização se enquadra no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009 e/ou está relacionada nas Fichas Técnicas de Enquadramento (FTEs) de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP conforme dispõe a Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013 só será admitida a oferta de produto cujo **fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais**, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981 **ou apresente licença ambiental em nível municipal e/ou estadual para a referida atividade:**

Item	Componente do item	Base legal	Requisito
01	Termociclador (PCR) em Tempo Real	FTE/Categoria: Indústria de material elétrico, eletrônico e comunicações; FTE/Código: 5 – 3 que dispõe sobre “Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos”.	CTF ou Licença/alvará ambiental do fabricante ou declaração de isenção.

1.5.1.1. A licitante poderá apresentar CTF/APP ou licença ambiental de atividade correlata ao item para o qual apresentou proposta, desde que a atividade detalhada no certificado apresente relação com o objeto desta licitação.

1.5.1.2. Caso o fabricante/licitante seja dispensado dos registros relacionados, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei conforme **Modelo de declaração** disponível no “**ENCARTE B**” deste Termo de Referência.

1.5.1.3. Cabe informar que o Cadastro Técnico Federal das Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e demais licenças ambientais, será solicitado aos produtos fabricados nacionalmente, uma vez que o mesmo se refere ao uso de recursos naturais e modo de produção no país. Caso a empresa, venha a ofertar produtos de fabricação estrangeira deverá apresentar Declaração de Origem do Produto.

1.5.1.4. As fichas de enquadramento (FTEs) de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP do IBAMA encontram-se disponíveis no site do IBAMA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

1.5.1.5. O registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP assegura que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental (atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais), está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente.

1.5.2. A empresa Licitante deverá observar, no que couber, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 janeiro de 2010.

1.5.3. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do objeto será comunicado pela UFFS ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

1.5.4. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

- I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e
- IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação.

1.5.5. O certame está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS que, contempla em suas ações a adoção gradativa de critérios de sustentabilidade para avaliação e compras de bens, materiais ou serviços em função de seu impacto ambiental, social e econômico.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

1.6. Da Amostra

1.6.1. O Pregoeiro **poderá** exigir que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado via chat no Comprasnet e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

1.6.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro, poderá ser prorrogado, em casos específicos, mediante justificativa apresentada pelo licitante e aceitação do Pregoeiro. Ex. Greve de categoria que afete a entrega da amostra.

1.6.2. Do envio e recebimento da amostra

1.6.2.1. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, nº da Licitação a que se refere, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como quantidade do produto e data de validade.

1.6.2.2. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade conforme descritos abaixo:

1.6.2.2.1. Em primeira fase, de caráter eliminatório:

a) Aos itens que forem solicitados apresentação de amostra no momento da análise das propostas, deverão estar rigorosamente de acordo com as especificações exigidas no Termo de Referência.

b) Esses itens devem estar rigorosamente de acordo com a proposta apresentada pelo licitante.

1.6.2.2.2. Análise secundária, também de caráter eliminatório, que serão avaliados mediante a observações das características físicas e de funcionamento quando for o caso, visando à comprovação do atendimento às especificações técnicas do edital e da qualidade do produto:

a) Tipo de material/matéria prima utilizada na fabricação do item;

b) Funcionamento do produto conforme especificado em seu manual e conforme especificações técnicas solicitadas no edital;

1.6.2.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

1.6.2.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

1.6.2.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

1.6.2.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, sem prévia notificação do Pregoeiro, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

1.6.2.6.1. As amostras aceitas serão mantidas pelo setor responsável pelo recebimento, a fim de verificar a conformidade da amostra com os materiais a serem entregues posteriormente pela licitante vencedora.

1.6.3. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

1.6.4. A empresa poderá enviar um técnico para acompanhar a análise das amostras, porém, sem nenhum custo para UFFS.

1.6.5. As amostras poderão ser encaminhadas, respeitando sempre a indicação e solicitação via chat do pregoeiro, para os endereços descritos a seguir.

1.6.5.1. Campus Chapecó: Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899, Laboratório 1, Chapecó-SC;

1.6.5.2. Campus Passo Fundo: Rua Capitão Araújo, nº 20, CEP: 99.010-200, Passo Fundo/RS;

1.6.5.3. Campus Realeza: Rua Edmundo Gaievski, 1000, trevo de acesso à rodovia PR 182, Km 466, CEP: 85.770-000, Realeza/PR.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. As justificativas e objetivos para a aquisição do item deste Termo de Referência, transcritas a seguir, foram apresentadas pelos requisitantes do objeto:

2.1.1. Em relação ao Campus Chapecó: *Neste momento, a UFFS, Campus Chapecó, participa de um grande projeto multicêntrico sobre a COVID19, a qual envolve grandes laboratórios nacionais e internacionais e tem fomento do CNPq, a partir do último edital específico para pesquisas sobre o SARS-CoV-2. O projeto, coordenado pela Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC tem o objetivo de analisar transtornos psiquiátricos e efeitos neurológicos em indivíduos acometidos pelo SARS-CoV-2 dos municípios de Criciúma e Chapecó, SC, envolvendo as regiões às quais pertencem esses municípios. Para relevantes análises biológicas previstas no projeto temos a necessidade urgente do equipamento para o RT-PCR. Entretanto, vários projetos da área da saúde em Chapecó já utilizam o equipamento em suas pesquisas e como não dispomos em nossos laboratórios, tivemos que fazer parcerias para possibilitar a realização dos nossos projetos. As demandas de pesquisa com a técnica RT-PCR já são objetos de solicitações em outros pedidos de equipamentos, conforme relato abaixo. Primeiramente a demanda partiu dos cursos de Enfermagem e Medicina do campus Chapecó-SC. O equipamento irá aos objetivos de pesquisa, ensino e extensão da comunidade por meio de diagnóstico de doenças transmissíveis (por vírus, bactérias, fungos e protozoários); diagnóstico de doenças crônico-degenerativas como câncer entre outros; polimorfismos genéticos de pacientes frente à inúmeras doenças, predizendo o prognóstico da doença bem como o perfil inflamatório e imunológico. Ressalta-se ainda a utilização*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

do referido equipamento e seus insumos em outros cursos de graduação como Agronomia e Engenharia Ambiental e Sanitária. O equipamento é imprescindível ao desenvolvimento do mestrado em ciências biomédicas que foi implantado em 2020. Neste quesito é importante ressaltar que as publicações de pesquisas pelo corpo docente do mestrado foram imprescindíveis para a sua aprovação. Este corpo docente é o mesmo que já utiliza a técnica RT-PCR em outros laboratórios. Ressalta-se então, que a aquisição do equipamento é crucial para acelerarmos e melhorarmos as nossas pesquisas no mestrado, termos uma boa avaliação e a possibilidade de implantação do doutorado em uma área com demanda reprimida em nossa região. Os laboratórios da UFFS, campus Chapecó-SC, podem também ser aliados do município de Chapecó e do Laboratório Central do Estado no que tange o diagnóstico da doença COVID-19, desde que observados todos os requisitos para a biossegurança e utilização dos espaços na universidade.

2.1.2. Em relação ao Campus Passo Fundo, os equipamentos solicitados são complementares a estrutura laboratorial já existente (como ultra freezer, centrifugas, ..etc) necessários para o diagnóstico solicitado. Ademais das condições emergenciais relativas ao momento de epidemia que estamos enfrentando, a demanda é uma demanda antecipada de aquisição de equipamentos previstos em PGC do Campus, comuns a outras atividades desenvolvidas no Campus Passo Fundo, permitindo assim, além do atendimento do diagnóstico do SARS CoV 2 durante epidemia outras atividades de ensino e pesquisa aos cursos do Campus Passo Fundo.

2.1.2.1. Ainda, sobre o Campus Passo Fundo, os equipamentos aqui solicitados, são os equip. mínimos necessários para atender a demanda solicitada pelo Comitê de Emergência Operacional (MEC) com intuito de auxiliar os laboratórios de referência de cada estado no diagnóstico laboratorial de infecção por SARS-CoV-2.

2.1.2.2. Ainda, os equipamentos em questão atenderão a componentes curriculares, cursos e demais atividades Institucionais posteriormente à pandemia, conforme justificado pelo Campus Passo Fundo:

[...]A demanda do equipamento advém da atualização dos conteúdos curriculares, que envolvem a biologia celular, molecular, patologia, microbiologia e imunologia, e, com isso, novas aulas práticas podem ser realizadas. Além disso, o curso de Medicina contém o Componente Curricular Regular de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e estima-se a possibilidade de realização de novas técnicas no desenvolvimento dos trabalhos de conclusão de curso, uma vez que na área médica existe grande demanda e abundância de assuntos relevantes na área e amostras clínicas que podem ser estudadas a nível molecular permitindo melhores correlações clínico-laboratoriais. Poderão ser construídas melhores correlações , por exemplo, nas áreas dos diversos tipos de cânceres, identificação de microrganismos em infecções persistentes, dosagem de carga viral, e, assim, os acadêmicos poderão se apropriar do assunto para sua futura prática clínica. Adicionalmente, a disponibilidade do equipamento solicitado possibilitará o desenvolvimento de projetos de pesquisa experimentais, envolvendo temáticas pertinentes à região e aos atendimentos, possibilitando melhor conhecimento da população estudada, e, assim, proporcionar melhoria na qualidade do atendimento e protocolos diagnósticos. Ademais, os equipamentos são importantes para execução de atividades práticas de biologia molecular nos componentes curriculares Processos Biológicos I, II, III e IV do curso de graduação em medicina do Campus Passo Fundo, assim como ferramenta fundamental tanto para o desenvolvimento de pesquisa para dissertações de mestrado como para o CCR de Biologia Molecular do Programa de Pós Graduação em Ciências Biomédicas da UFFS, o qual foi recentemente aprovado pela CAPES, está em processo de abertura de Edital de seleção de mestrandos e tem três professores do Campus Passo Fundo como membros efetivos no quadro docente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

2.1.3. Em relação ao Campus Realeza, a aquisição se justifica mediante a situação de pandemia mundial e que vem afetando nosso país. Na região sudoeste do Paraná todas as amostras seguem para análise em Curitiba no LACEN. Esta situação faz com que os resultados demorem mais de 10 dias para serem divulgados, fato que leva a grande preocupação por parte das secretarias de saúde dos municípios da região.

2.1.3.1. Ainda, sobre o Campus Realeza, a demanda destes equipamentos é oriunda da necessidade de implantação de um laboratório para diagnóstico do coronavírus. A proposta de implantação do laboratório segue resumidamente a seguir: Equipamentos que precisam ser comprados: 01 unid. PCR Tempo Real e 01 unid. Centrífuga para microplacas ou o 02 unid de rotor para acoplar em centrífuga que já temos(vai depender do valor); Formato: Acordo de cooperação entre a UFFS e a Prefeitura Municipal de Realeza; Local: Bloco 4 da SUHVU - Hospital Veterinário; Contrapartidas de cada lado: UFFS: Equipamentos, espaço físico e insumos de segurança e limpeza - Prefeitura: RT, licença e kits de diagnóstico.

2.1.3.2. Ainda, os equipamentos em questão atenderão a componentes curriculares, cursos e demais atividades Institucionais posteriormente à pandemia, conforme justificado pelo Campus Realeza:

[...] vimos esclarecer os componentes curriculares, áreas e cursos que serão beneficiados com a aquisição do Termociclador RT-PCR solicitado e, esta forma, justificar o uso futuro do equipamento no âmbito do Campus Realeza. 2. É importante, antes de mais nada, ressaltar que se trata de um equipamento multiusuário, o que significa que seu uso poderá ser aplicado a um conjunto considerável de finalidades, dentre as quais exemplificados algumas abaixo. 3. O equipamento permite diagnóstico molecular de inúmeras doenças, tais como o Sarampo, a Dengue e a Chikungunya. Nesse sentido, sua aquisição possibilitará que o Campus continue prestando serviços semelhantes ao da demanda presente na pandemia de COVID-19. Tais ações se desenvolverão necessariamente na forma de programas e projetos de extensão universitária, Acordos de Cooperação Técnica ou Termos de Convênio com as Secretarias Municipais e de Estado de Saúde, considerando sempre a capacidade operacional dos recursos físicos e humanos presentes no Campus. Estas ações podem ser desenvolvidas a partir de muitos componentes curriculares, tais como os de Fundamentos de Saúde Pública e outros afins. 4. Além do diagnóstico de doenças em seres humanos, o equipamento colaborará no aprimoramento do diagnóstico de doenças que acometem muitas espécies animais atendidas pela Unidade Hospitalar Veterinária Universitária (SUHVU), principalmente os animais de companhia, que representam a maior casuística de atendimentos da unidade. 5. Em síntese, o equipamento permite melhor conclusão diagnóstica de casos clínicos, sejam humanos ou animais, favorecendo a interpretação de exames hematológicos e bioquímicos nas doenças infecciosas e parasitárias em ambos os casos. Terá, portanto, aplicação direta em componentes curriculares na área da Parasitologia, presentes nas matrizes dos cursos de Ciências Biológicas, Nutrição e Medicina Veterinária. Nestes casos, conforme informações prestadas por docentes da área, o equipamento será utilizado nas aulas práticas de diagnóstico de enfermidades de origem parasitárias de importância humana e animal. Nos componentes curriculares de Bioquímica, permitirá a análise de qualquer tipo de amostra biológica, objetivando o estudo da expressão gênica envolvida na síntese de diversas proteínas e enzimas. Também nos componentes curriculares associados à área da Imunologia, presentes nos mesmos cursos já mencionados, o equipamento será utilizado nas aulas práticas que envolverão o diagnóstico de enfermidades infecciosas e doenças autoimunes, sendo, para estes casos, aplicado na dosagem de citocinas, proteínas de fase aguda e identificação de marcadores biológicos, enriquecendo a formação dos estudantes. O mesmo se aplica à área da Farmacologia, servindo como ferramenta para confirmações de pesquisas e dando suporte à experimentos in vivo. 6. Este equipamento pode, também, ampliar o alcance dos objetivos de vários projetos de pesquisa desenvolvidos especificamente no curso de Ciências Biológicas como aqueles que visam descobrir novas espécies animais, associar diferentes fases de seu ciclo de vida, utilizar informações moleculares para propor hipóteses de relacionamento, detectar mutações causadas por agentes poluentes na água e solo, dentre outros. Além disso poderá atender demandas em CCRs como Biologia Molecular. 7. Como uso específico dentro do curso de Nutrição, o equipamento colaborará sobremaneira em duas frentes de ensino e pesquisas: primeiro, na ministração de conteúdos relativos à Microbiologia de Alimentos. A detecção de contaminação por microrganismos em alimentos e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

água é uma das mais importantes aplicações do método PCR. Dentro destes, a PCR real-time qualitativo (qPCR) permite a análise de uma vasta gama de bactérias, vírus e fungos em alimentos e em águas. Segundo, a técnica PCR tem também um importante papel na detecção de alérgenos em alimentos e bebidas, pela detecção da presença de segmentos específicos de DNA do organismo precursor da proteína alergênica. 8. Além do suporte aos cursos de graduação e às ações de extensão universitária mencionadas acima, o equipamento também terá destinação de uso para atividades de pesquisa associadas aos cursos de pós-graduação do Campus. Nesse sentido, ele poderá ser utilizado tanto pelo Mestrado em Saúde e Bem-Estar Animal, bem como o futuro programa de Biodiversidade, Saúde e Sustentabilidade (GT-BioSS) em processo de implantação. Também poderá ser utilizado nas atividades do Centro de Controle de Qualidade em Alimentos, como ferramenta para análise e desenvolvimento de alimentos.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O objeto deste Termo de Referência se enquadra como material comum, para fins do disposto no artigo 5º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, cabendo licitação na modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica, observado o disposto na Lei nº 10.520, de 7 de julho de 2002; no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, na Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de:

a) **70 (setenta) dias**, contados da data de ciência do fornecedor referente à emissão da Nota de Empenho,

4.1.1. Os bens objeto deste Termo de Referência serão solicitados mediante Nota de Empenho, a ser enviada por correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação do recebimento pela empresa.

4.1.2. Os materiais deverão ser entregues, conforme a tabela de distribuição dos locais de entrega, constante no item 1.1. do Termo de Referência e a seguir, nos seguintes endereços:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. TOTAL	LOCAL DE ENTREGA		
			CAMPUS CHAPECÓ	CAMPUS PASSO FUNDO	CAMPUS REALEZA
01	Termociclador (PCR) em Tempo Real [...]	03	1 unidade	1 unidade	1 unidade

4.1.2.1. Campus Chapecó: Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899, Laboratório 1, Chapecó-SC;

4.1.2.2. Campus Passo Fundo: Rua Capitão Araújo, 20, Bloco A, Sala 106, CEP 99010-200, Centro, Passo Fundo/RS –A/C Setor CLAB

4.1.2.3. Campus Realeza: Rua Edmundo Gaievski, 1000 (Acesso pela Rodovia PR 182, Km 466), Caixa Postal 253, CEP: 85.770-000. Realeza – PR.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

4.1.3. A entrega dos materiais deverá ser realizada em horários posteriormente definidos pela UFFS, e indicados na Nota de Empenho, e habitualmente ocorrerá durante o horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, podendo, a critério da UFFS, ser alterada para outros horários (noturnos, ou dias não úteis), caso a entrega possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Instituição, sem ônus adicionais a UFFS.

4.1.4. A entrega dos materiais destinados a qualquer outro Campus, que não o Campus de Chapecó, deverá ser realizada através da emissão de NF de Simples Remessa com destino ao CNPJ correspondente (conforme descritos abaixo) e a Nota Fiscal de Faturamento com o CNPJ do Campus de Chapecó-SC (**CNPJ: 11.234.780/0001-50**).

4.1.4.1. As notas de simples remessa deverão ser emitidas nos seguintes CNPJ's de acordo com o Campus de sua entrega:

4.1.4.1.1. Campus Passo Fundo: CNPJ N° 11.234.780/0006-65;

4.1.4.1.2. Campus Realeza: CNPJ N° 11.234.780/0005-84;

4.2. A entrega dos materiais deste Termo de Referência deverá ser realizada mediante Nota Fiscal.

4.2.1. As notas deverão ser emitidas no seguinte CNPJ: 11.234.780/0001-50.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.7. Não ocorrendo, num prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da comunicação formal, o recolhimento dos materiais que estejam em desacordo com as especificações contidas no presente Termo de Referência, poderá a Instituição providenciar a destinação que melhor lhe aprouver, independente da abertura e conclusão de eventual processo de penalização.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

- 5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
 - 6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
 - 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

6.1.5. manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6 / 100) \quad I = 0,00016438$$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, visto que pela natureza e complexidade da contratação, os instrumentos para recolhimento de valores advindos das aplicações das sanções são suficientes para reparar possíveis falhas de execução do objeto.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução **total ou parcial** do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. multa moratória de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.3. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. impedimento de licitar e contratar com os órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no **subitem 13.1** deste Termo de Referência.

13.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens **13.2.1**, **13.2.5**, **13.2.6** e **13.2.7** poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

13.5.1. Não correrão os prazos processuais em desfavor da CONTRATADA em processo administrativo para aplicação das sanções deste item enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, nos termos do art. 6º-C da Lei nº 13.979/20.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1. O custo estimado da aquisição, pelo requisitante do objeto, é de **R\$ 378.546,15 (trezentos e setenta e oito mil, quinhentos e quarenta e seis reais e quinze centavos)**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1. . As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26440/158517

Fonte: 0100915066

Programa de Trabalho: 12.122.5013.21C0.6500

Natureza de Despesa: 449052

PTRES: 186233

Nota de Crédito: 2020NC001477

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Este Termo de Referência foi elaborado a partir de informações consignadas pelo requisitante do objeto/Equipe de Planejamento mediante Processo de Pedido de Compras nº 23205.004075/2020-11 e demais documentos apensados ao Processo de Licitação.

16.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes **ENCARTES**:

16.2.1. ENCARTE A – Modelo para apresentação de Proposta de Preços;

16.2.2. ENCARTE B – Modelo de declaração de isenção de apresentação de certificado ambiental.

16.2.3. ENCARTE C – Estudo Técnico Preliminar- **ETP- Digital 09/2020**

Chapecó/SC, 29 de setembro de 2020.

GRASIELA DYEVIENSKI
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Eu, **ROSÂNGELA FRASSÃO BONFANTI**, Pró-Reitora de Administração e Infraestrutura/Ordenadora de Despesas, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, **APROVO** o presente Termo de Referência, visando a aquisição de Termocicladores RT-PCR para atividades Institucionais da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e para auxiliar os laboratórios de referência no diagnóstico laboratorial de infecção por SARS-CoV-2, conforme as especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó/SC, 29 de setembro de 2020.

ROSÂNGELA FRASSÃO BONFANTI
PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ENCARTE “A”

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ref. Pregão Eletrônico nº 39/2020

À Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

DADOS DA EMPRESA

Razão Social

CNPJ:

Endereço:

Cidade/UF:

CEP:

Telefone: ()

E-mail:

RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

Nome:

Cargo/Função:

RG:

CPF:

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS DA EMPRESA

Banco:

Agência:

C/C:

Apresentamos proposta para os **MATERIAIS** descritos abaixo, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 39/2020**, pelo (s) valor (es) abaixo especificado (s):

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$					

Declaramos que:

- No (s) preço (s) proposto (s), estão computados todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir diretamente ou indiretamente no **fornecimento dos materiais**, objeto do Edital em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta.
- O prazo de validade da proposta é de _____ (_____) **dias**, contados da data de sua apresentação. (Prazo não inferior a **120 (cento e vinte) dias** conforme disposto no Edital).

Cidade/UF, de de 2020.

Nome e assinatura do representante legal e carimbo da empresa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ENCARTE “B”
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO
AMBIENTAL
Ref. Pregão Eletrônico nº 39/2020

D E C L A R A Ç Ã O

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, declara sob as penas da lei, que está isenta de apresentar a certificação relativa a, exigida no Edital do **Pregão Eletrônico nº 39/2020** da Universidade Federal da Fronteira Sul, em razão de

Cidade/UF, de de 2020.

Nome e assinatura do representante legal e carimbo da empresa